



Secretaria
de Estado
da Saúde



**Superintendência de Vigilância em Saúde
Gerência de Vigilância Epidemiológica
Centro De Operações De Emergências - Coe**

ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO – COE – 08/07/2020

Reunião realizada no dia 08/07/2020, às 14h30min, por web conferência.

A Superintendente de Vigilância em Saúde iniciou a reunião dizendo das alterações da portaria do COE, e salientou que o COE é um espaço consultivo e deliberativo, e que os votos deverão ocorrer no chat.

- 1) Situação Epidemiológica da COVID-19 em Goiás - Magna Maria de Carvalho – Atualização dos dados da Covid-19 no Estado de Goiás, com destaque para a posição do estado em relação ao Brasil (19º) em número de casos e distribuição dos casos por macrorregião. Houve um aumento de 30% de casos de uma semana para outra e chegando a 50% de letalidade casos internados. Também houve aumento no quantitativo de testes rápidos aplicados (32%). Atualmente, apenas 28 municípios não tem casos confirmados. Os óbitos, até o momento, ocorreram em 96 municípios No estado temos 34 municípios sem caso. Dos casos de covid, 9% são de profissionais de saúde. Foi solicitado uma melhor análise por categoria de profissionais de saúde, dos casos graves e dos óbitos, e que a constará a partir da próxima semana. Flúvia/Suvisa esclarece que o Iacem está fazendo as análises “manualmente”, pois a máquina está estrada, mas que eles estão fazendo três remessas semanais para análise em outro Estado..
- 2) Situação dos Leitos Hospitalares (Públicos e Privados) e Informes da Assistência - Rede Hospitalar – Os leitos SES estão com 86% de taxa de ocupação e que na próxima semana teremos mais 10 leitos de UTI com o Hospital de Campanha de São Luiz de Montes Belos. Andréia Alcântara, Superintendente de Regulação/SMS de Goiânia esclarece a situação no município: a taxa de ocupação de 85% das enrmarias e de 93% dos leitos de UTI, e que estão em negociação do o novo HC para novos serviços. Haikal Helou, presidente da Associação dos Hospitais Privados de Alta Complexidade de Goiás (Ahpacég), que estão com 87% de ocupação dos leitos de UTI, e que todas as informações estão sendo feito de forma transparente, mas que a falta de isolamento social pode prejudicar mais ainda a situação. Os três afirmam que abertura de novos leitos é parte de um processo e não o carro-chefe para a pandemia. Sandro (SAIS) aborda sobre o protocolo de monitoramento para pacientes (não houve mudanças), que nem todos precisam de UTI, e que isso gera grandes demandas na regulação, e necessita-se trabalhar medidas de ações mais oportunas para monitoramento dos casos em internação



Secretaria
de Estado
da Saúde



em leitos de enfermaria na rede. Sérgio Nakamura/SMS Gyn, discorre sobre a internação precoce dos idosos e os usuários com comorbidades, e que é necessário planejamento e rever o protocolo. Para isso, as SMS, em conjunto com estado e MS, para abertura de leitos de menor complexidade; ampliação de testagem e monitoramento pela Atenção Primária da Saúde – APS (que é atribuição primordial dos municípios) do perfil dos usuários. Com isso teremos um perfil de assistência necessário. Foi agendada uma reunião entre esse grupo para essa discussão. Verônica/Cosems, não gostaram de serem informados pela mídia e não por via oficial, do protocolo, em entrevista do Secretário. Informou que a maioria dos municípios desde o início da pandemia abriram leitos clínicos e que pacientes com sintomas respiratórios leves não seriam regulados; e que toda mudança teria de ter discussão bipartite e consensuar a melhor forma de atender as necessidades. Sandro/SAIS coloca que já tem protocolo e fica a critério dos municípios adotá-los ou não, e solicita a divulgação e contribuição do COSEMS, que fará reunião com municípios para estabelecer os protocolos. Sobre a vinda da Fiocruz ao estado, foi somente para validar o que a SES já vem trabalhando na avaliação dos critérios dos pacientes para UTI. Dr. Marcus Antônio/MP: quanto aos critérios de internação em UTI, tem que ser cumpridos, pois o custo dos leitos são muito caros. Além dos riscos de complicações se demorar, o objetivo maior é salvar vidas. Como informe: 1) SAIS - que as habilitações de leitos pelo MS, de 477 solicitados somente 200 foram aprovados, que a SES aguarda novas habilitações, porém esses leitos habilitados têm validade de 90 dias. O COSEMS informa que todas as solicitações serão atendidas até o final do mês. 2) Testes Rápidos: 22.500 serão distribuídos aos municípios conforme pactuado pelo COSEMS, e aguardando retorno dos gestores municipais. Quanto a distribuição dos testes para ILPIs; informado por Ticiane/SAIS que os questionários já estão em processo de distribuição e capacitação das regionais, faltando ainda 07 regionais concluírem as informações solicitadas, mas que não se pode parar mesmo faltando essas regionais.

- 3) Solicitação do COSEMS quanto a distribuição de equipamentos para hospitais com leitos COVID – Sandro/SAIS – ficou acordado com todos que essa discussão deverá ocorrer em outra instância (GT e CIB), após trazer a resposta ao COE.
- 4) Situação das Cirurgias Eletivas – O MP enviará por ofício os questionamentos. O COSEMS, esclarece que em reunião na CIB, que eles apoiam o retorno das cirurgias, após a regularização dos anestésicos. A SAIS informa também que as cirurgias eletivas tem a questão do transporte, a necessidade de testagem pré cirurgia e o risco de infecção. A Aphaceg, pede uma melhor avaliação, pois algumas cirurgias não podem esperar, o que foi esclarecido pela SAIS que as intervencionistas não foram suspensas. A Defensoria Pública questiona se tem



Secretaria
de Estado
da Saúde



protocolos para essas cirurgias e apoio na avaliação do quadro de saúde dos pacientes. Como proposta: realizar uma reunião para discutir os protocolos das cirurgias eletivas, de acordo com a agenda disponíveis dos membros. Dr^a Karina/MP e Andreia/SMS Gyn ficaram de rever as portarias.

- 5) Esclarecimento sobre o Decreto nº 9685 de 29/05/2020 – Serviço de banho e toda – CRMV – Rafael Vieira, Presidente do CRMV – Que de acordo com o Decreto, banho e tosa não é embelezamento e sim cuidado de higiene, terapêutico e de saúde animal. Os estabelecimentos estão abertos, porém não podem ofertar esse serviço, pois quando fazem consulta do CNPJ aparece que esse serviço não está sendo permitido. Flúvia/Suvisa esclarece que o decreto não proíbe e nem libera esse serviço. Dr^a Karina/MP, coloca que realmente não foi citado. Dr^a Marlene Nunes/MP esclarece que realmente essa atividade é essencial, pois estão associadas com interpretação. Colocada em votação, foi aprovada, e será encaminhada às instâncias para alteração.
- 6) Apresentação dos dados de casos suspeitos e confirmados de profissionais de enfermagem com Covid-19 e as ações de fiscalização – Luciana Moreira/COREN – Solicita divulgação junto aos diversos setores da saúde. Sugerido divulgar em mídias sociais. Sandro/SAIS sugere que os dados do COREN seja repassado em conjunto com a vigilância epidemiológica, e o que ocorrerá na próxima reunião
- 7) Estudo de cenários para retorno das atividades presenciais nas instituições escolares do Estado de Goiás – Professor Marcelo – UNDIME – teve que se ausentar e solicitará novamente a inclusão na pauta..
- 8) Autorização para que ônibus do transporte público transportem maior número de passageiros – CMTC – Engenheiro Benjamin Kennedy, Presidente - Sávio foi o representante da CMTC, em virtude de outra reunião do presidente. O mesmo discorre do acúmulo de usuários nos terminais e solicita a liberação do transporte de passageiros em pé nos transportes coletivos. Que nas entrevistas e questionários não tem a questão de qual meio de transporte é realizado pelo usuário, não tendo como medir o índice de infectividade por esse meio. Dr^a Karina/MP, informa que toda questão de transporte coletivo, o ministério público tem uma área específica, que é a do consumidor, coordenada pelo Promotor Delson Leone Júnior, e que esse pedido da CMTC deverá ser também encaminhada ao mesmo, o que será feito. Sérgio Nakamura/SMS Gyn, diz que Goiânia, já incluiu no questionário a pergunta do meio de transporte. Relata ainda que a maioria dos casos notificados são de pessoas em idade laboral, e que já repassaram a CMTC que a epidemia está se deslocando para a periferia, mas que não tem como afirmar a contaminação pelo meio do uso do transporte. Flúvia



Secretaria
de Estado
da Saúde



informada que postará o documento no grupo para que todos tenham ciência, e que para evitar superlotação, co substituição do terminal por linhas diretas., porém sendo necessário uma avaliação judicial. Dr^a Karina/MP enviará os documentos ao Ministério Público (cao consumidor), e se os mesmos considerarem pertinente reportará novamente no COE, com as devidas medidas adotadas. Magna/GVE manifesta que os ônibus tem andado superlotados, e que o fechamento dos terminais revelam mais a aglomeração, e tirar a mesma torna a situação menos visível, e em situação de transmissão coletiva onde com locais com menos de 1 metro de distância tem risco de transmissão, validados por estudos não específicos para o transporte. Dr Marcus/MP, concorda com Magna, e que a CMTC quer tirar aglomeração dos terminais e aglomerar nos ônibus, e que seria uma piora.

Reunião encerrada às 17h05min.

CIEVS/Gerência de Vigilância Epidemiológica/SUVISA